

Cuiabá-MT, 18 e 19 de julho de 2013

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Sexta, 19 de julho de 2013, 15h00

APURAÇÃO

Cinco servidores da saúde são investigados por 'desviar' R\$ 484 mil

Eles teriam adquirido cerca de 5 mil medicamentos a mais do que o necessário.

ALLINE MARQUES

Cinco servidores da Secretaria de Estado de Saúde são investigados por ter causado dano ao erário ao adquirir cerca de 5 mil medicamentos a mais do que o necessário e superfaturar a compra em R\$ 484.829,80. O secretário de Saúde, Mauri Rodrigues, e o auditor Geral do Estado, José Alves Pereira, abriram um Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para investigar os funcionários públicos e dar o direito à defesa.

O PAD foi publicado nesta sexta-feira (19) no *Diário Oficial do Estado* por meio da portaria conjunta 235/2013/AGE-COR/SES. De acordo com o documento, a fraude na aquisição do medicamento já foi constatado em processo e no relatório da auditoria.

A irregularidade foi constatada no Processo de Aquisição nº 604529/2010 referente à aquisição do medicamento Teicoplanina (antibacteriano utilizado para infecções graves), dosagem 400 mg, frasco-ampola, via parental, adquirido por meio de "carona" ao Pregão Eletrônico nº 039/2010, Processo nº 049/2010, relativo ao Hospital Agamenon Magalhães;

Os servidores fizeram a aquisição de 5.304 unidades do remédio no valor de R\$ 109,69, totalizando R\$ 581.795,76. No entanto, o consumo no segundo semestre de 2010 foi de aproximadamente 884 unidades no Hospital Regional de Rondonópolis "Irmã Elza Giovanella".

De acordo com a portaria, foi desconsiderado a demanda histórica do medicamento e houve uma superestimativa causando dano ao erário num montante de quase R\$ 500 mil.

Os funcionários públicos respondem ao processo administrativo são: Cleide Souza do Amaral, à época coordenadora de aquisições e contratos, foi a responsável por elaborar o Termo de Referência e solicitar o medicamento, e Karen Rubin, que no período da compra também era coordenadora de aquisições e contratos e validou o quantitativo superestimado do remédio.

MAIS

ENVOLVIDOS

Além das duas, são acusados de envolvimento com o esquema Sandra Damares

Buzanello, à época gerente de aquisições, Humberto F. Monteiro Ferreira, superintendente administrativo e Paulo Fernandes Rodrigues, à época ordenador de despesas. Os três validaram a aquisição irregular da droga.

A comissão que irá apurar o caso é presidida por Tatiana de Lima Piovezan e tem como membros Fabiana Auxiliadora Joaquim Régis e Samuel de Oliveira Neto. Eles terão 10 dias da publicação da portaria para iniciar os trabalhos e 60 dias para conclusão do caso, sendo admitida a prorrogação por igual prazo.

Os servidores acusados serão ouvidos e terão direito a comparecer com advogados. Após o término dos trabalhos se comprovado o envolvimento dos servidores, eles poderão ser demitidos do poder público.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sexta, 19 de julho de 2013, 00h00

ALTO CUSTO

TCU suspende repasse à OSS

[Lisânia Ghisi](#) / Da Redação

Tribunal de Contas da União (TCU) determinou à Secretaria de Estado de Saúde (SES) o bloqueio de repasses ao Instituto Pernambucano de Assistência Social (Ipas) devido às investigações sobre responsabilidade no vencimento de centenas de caixas de remédios na Farmácia de Alto Custo. O pedido foi feito pela Secretaria de Controle Externo (Secex-MT), que ainda solicita fiscalização por parte do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em relação a este último pedido, o TCU destaca que a Auditoria Geral do Estado (AGE) já vem realizando o trabalho, cujo relatório tinha prazo para ser entregue ontem, mas não foi divulgado. A suspensão dos valores foi determinada pelo ministro Raimundo Carreiro e compreende montante de R\$ 195,1 mil...

Leia mais na edição impressa de A Gazeta, disponível neste Portal.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Quinta, 18 de julho de 2013, 18h16

farmácia de alto custo

Auditoria no episódio dos remédios vencidos está em fase final

Marianna Marimon, repórter do GD

A Auditoria Geral do Estado (AGE) deve divulgar até a próxima semana, o relatório final sobre a auditoria realizada para investigar o episódio dos medicamentos vencidos encontrados na Farmácia de Alto Custo, que é gerenciada pela Organização Social de Saúde (OSS), Instituto Pernambucano (Ipas).

Umas das medidas que podem ser tomadas é a rescisão contratual, que chegou a ser anunciada pelo governo, mas foi descartada até que a auditoria da AGE seja concluída.

Em apuração preliminar, a auditoria verificou que a Secretaria de Saúde possui sistemática de aquisição adequada, bem como distribuição e armazenamento dos medicamentos, mas que os responsáveis envolvidos no fluxo do processo deixaram de executar suas atribuições na forma definida em regimento ou em contrato.

Um dos responsáveis é o Ipas, que teria deixado de fornecer informações suficientes sobre a demanda dos medicamentos à Comissão de Assistência Farmacêutica, unidade da Secretaria de Estado de Saúde (SES), para a elaboração do Termo de Referência para aquisição dos produtos.

Além disso, o Ipas teria recebido produtos com menos 75% da validade, em desacordo com o que determina o Ministério da Saúde, e a CAF não poderia ter atestado que o recebimento ocorreu de forma regular.

Outra situação verificada é que o Ipas não efetuou a contento o gerenciamento do estoque no sentido de gerar os alertas em tempo hábil à Secretaria de Saúde de que os medicamentos estavam prestes a vencer. O Ipas tem obrigação contratual de emitir relatórios periódicos à administração pública informando os medicamentos a vencer em curto prazo.

Sem receber a indicação do Ipas dos produtos a vencer, a Secretaria de Saúde deixou de dar a devida destinação aos medicamentos. As opções seriam permutar os produtos com os fornecedores, doá-los a outros municípios ou a outros Estados.

A AGE trabalha na individualização de responsabilidades para subsidiar o governador e o secretário de Saúde nas decisões administrativas. A quantidade, o valor e os tipos de medicamentos vencidos estão sendo apurados pela AGE.

No entanto, em relatório divulgado pelo Ipas, sobre a gestão na saúde de Mato Grosso, nos 18 meses em que atua contratada pelo governo do Estado, constam informações de que o estoque foi verificado com nível superior de 90%, bem como distribuição e demais ações de responsabilidade da OSS.

Fonte: www.gazetadigital.com.br Política Sexta, 19 de julho de 2013, 00h00

AJUSTES

Prefeitura de VG prepara 120 demissões na Saúde

[Sonia Fiori](#) / Da Redação

A prefeitura de Várzea Grande publica, até a próxima segunda-feira, decreto que prevê "nova leva de exonerações". Pelo menos 120 cargos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde serão extintos, como revelou o secretário de Governo, Ismael Alves. O prefeito Wallace Guimarães (PMDB) não descarta outras mudanças emergenciais na estrutura da máquina pública, como outras demissões. Nesta semana foi publicada a criação de uma comissão especial, responsável pela elaboração do desenho dos ajustes para implementar a reforma administrativa...

www.gazetadigital.com.br Cidades Sexta, 19 de julho de 2013, 12h30

PARCERIA

Saúde investe R\$ 1 milhão no Hospital Universitário Júlio Muller

Redação do GD

Ministério da Saúde irá investir R\$ 1 milhão no Hospital Universitário Júlio Muller (da Universidade Federal do Mato Grosso), em Cuiabá, pelo Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários (Rehuf), desenvolvido e financiado em parceria com o Ministério da Educação. O valor está incluído na primeira parcela do programa (R\$ 100 milhões) liberada nesta sexta-feira (19), por meio da Portaria 1464/2013, para os 45 hospitais universitários federais vinculados ao Ministério da Educação (MEC) e que integram o Rehuf.

Até o final deste ano, o Ministério da Saúde irá disponibilizar o total de R\$ 560 milhões para esse grupo de unidades hospitalares. O incentivo é destinado ao custeio de atividades assistenciais e de ensino (R\$ 460 milhões), obras, reformas e a compra de equipamentos (R\$ 100 milhões), para a melhoria da estrutura dessas instituições. Considerando a previsão de investimento, entre 2010 - quando o programa foi instituído -, até o final deste ano, os valores chegam a R\$ 1,95 bilhão.

“Esses recursos visam não somente garantir a assistência, mas também qualificar a infraestrutura dos serviços para que os médicos e demais profissionais de saúde possam

exercer suas atividades”, disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

De 2010 a 2012, foram repassados R\$ 1,39 bilhão no Rehuf. O maior volume de recursos (65%) foi destinado ao custeio das unidades, R\$ 904,4 milhões. Outros R\$ 488,1 milhões contribuíram para a compra de novos equipamentos, reforma ou ampliação.

Os recursos do Rehuf beneficiam diretamente a 45 hospitais e, indiretamente, a outras duas unidades de saúde ligadas às universidades. Essas instituições estão localizadas em 30 cidades do país, sendo 21 capitais.

O programa foi instituído para melhorar a gestão administrativa, financeira e hospitalar no campo da assistência e do ensino. Os benefícios abrangem tanto o acesso e a qualidade dos serviços prestados à população, quanto às condições de trabalho e de ensino para os alunos de graduação e pós-graduação na área da saúde. Os hospitais universitários também são importantes formadores de profissionais para a rede pública.

Os hospitais universitários são vinculados às instituições de ensino superior do Ministério da Educação, responsável pelo pagamento dos profissionais concursados. Já o Ministério da Saúde repassa, além do financiamento do Rehuf, recursos para o custeio dos serviços prestados à população nas unidades, entre outros incentivos. *(Com MS)*

Acompanhe o GD também pelo Twitter

Fonte: www.gazetadigital.com.br Cidades Sexta, 19 de julho de 2013, 12h20

Secretaria confirma mais mortes por dengue em Sinop e Sorriso

Redação do GD/Só Notícias

A Secretaria Estadual de Saúde confirmou mais duas mortes por dengue em Mato Grosso. As vítimas são de Sinop, que tem 4 óbitos, e Sorriso, 2. Com a confirmação, sobe para 24 o número de vítimas fatais por complicação da doença

. Demais municípios onde houve óbitos: Campo Novo dos Parecis (3), Cuiabá (2), Campo Verde (1), Carlinda (1), Jaciara (1), Juara (1), Primavera do Leste (2), Pontal do Araguaia (1), Pontes e Lacerda (1), Tangara da Serra (1), Vera (01), Aripuanã (1), Barra do Garças (1), Cáceres (1),

Seis casos ainda estão em investigação: Lucas do Rio Verde (2), Alto Taquari (1), Juara (1), Nova Xavantina (1) e Cuiabá (1).

Dados do SINAN online apontam que de 1º janeiro até hoje, Mato Grosso registrou 38.774 casos notificados de dengue, 89 são graves. Sinop tem 6.024 casos, Rondonópolis 2.986,

Cuiabá registrou 2.983 e Várzea Grande 663. Em 2012, as notificações no mesmo período foram de 32.435.

Acompanhe o GD também pelo Twitter

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Sexta feira, 19 de julho de 2013 Edição nº 14652 19/07/2013

UTI é prioridade em lista de TACs

PRISCILLA VILELA

Da Reportagem

A Prefeitura de Cuiabá vai tentar cumprir até o final do ano o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para implantação da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) Pediátrica no Pronto Socorro da Capital. Segundo o procurador-geral do Estado, Rogério Gallo, este é um dos termos mais prioritários dentro da lista de mais de 30 que vêm sendo descumpridos pelo município.

Gallo adianta que ainda neste mês deve ser publicado o edital de licitação para a implantação do setor na unidade de saúde. “Precisamos resolver até o final do ano e entregar a obra até dezembro”, diz sobre a reforma prevista no terceiro andar do prédio.

A demora no cumprimento dos TACs já gerou uma multa de R\$ 35 milhões ao Palácio Alencastro. Contudo, conforme Gallo, o valor poderá ser revertido às próprias ações previstas nos acordos. “É possível um acordo judicial”, explica.

Na lista de prioridades está ainda a regularização fundiária do bairro Renascer. O item é considerado um dos mais complexos da lista de pendências. Isso porque, para sua resolução, é exigido o envolvimento das secretarias de Cidades, Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente e Obras.

Entre os TACs que já estão prestes a serem concluídos está o referente ao aterro sanitário municipal, que operava há três anos sem licença ambiental.

A nova autorização já foi emitida pela secretaria de Meio Ambiente, segundo o procurador. “Começamos este e comemoramos na semana passada. Esse é o primeiro resultado prático da nossa atuação”.

O acordo para concluir os TACs foi firmado em maio entre o prefeito Mauro Mendes (PSB) e o procurador-geral de Justiça Paulo Prado. De todos os termos, 13 foram apontados pelo Executivo municipal como prioritários. Entre eles está a implantação de radares eletrônicos nas principais vias da Capital, discutida há anos.

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Sexta feira, 19 de julho de 2013

Edição nº 14652 19/07/2013

JOVENS

Anterior | [Índice](#) | [Próxima](#)

80% têm morte violenta

Estudo mostra vulnerabilidade da faixa etária, que segundo especialistas, não recebe atenção devida do governo

GUSTAVO NASCIMENTO

Da Reportagem

Aproximadamente 80% das mortes entre jovens, entre 15 e 24 anos, em Mato Grosso acontecem por conta da violência. Número muito maior do que entre a população não-jovem, formada por crianças, adultos e idosos, que é de apenas 12%. O Estado ainda é o terceiro no ranking de jovens que mais morrem no trânsito.

De acordo com o estudo, Mapa da Violência 2013 – Homicídios e Juventude no Brasil, divulgado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos (Cebela), no estado apenas 20,4% das mortes de jovens ocorrem da maneira natural, na população não-jovem o número sobe para 87,1%.

O estudo dividiu as mortes por motivos externos ou não-naturais em trânsito, homicídios, suicídios ou motivadas por violências em geral. O trânsito foi responsável por 31% das mortes não-naturais para os jovens no estado. Apenas os estados de Santa Catarina (41%) e Piauí (33%) ficaram a frente. A média nacional, porém é bem inferior, 20,4%.

Os dados apontaram ainda que no estado 8,8% das mortes por motivos externos em jovens acontecem em suicídios, 29,9% em homicídios e 69,7% demais formas de violência. Para os não-jovens os números são bem inferiores. 4,9% em homicídios, 1,1% suicídios, 3,5% no trânsito e 9,6% de maneiras violentas.

De acordo com a coordenadora Comissão Interestadual do Centro-Oeste para Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes (CIRCO), Dilma Camargo, diversos fatores são responsáveis pelo número alto de mortes entre esta faixa etária da população. Porém, ela ressaltou que atualmente as drogas são as principais responsáveis pelo índice.

“A facilidade de se adquirir tanto drogas lícitas, como o álcool, quanto ilícitas tem sido a principal vilã dos jovens. Quando não morrem em detrimento do consumo, bebem e decidem dirigir. Eles acabam também se envolvendo em outras mortes motivadas pelos narcóticos. Basta olhar no Pomeri e ver



Para coordenadora da Circo, drogas lícitas e ilícitas são responsáveis pela maior parte dos óbitos

que a maioria dos que estão lá é por culpa disto.”

Segundo Dilma, a falta de políticas públicas para esta faixa etária da população também dificulta com que o dado seja revertido no estado. “Temos muita dificuldade de inferir de forma positiva na vida destes jovens, sem recursos e programas fica ainda mais difícil”, afirmou.

De acordo com Naldson Ramos da Costa, coordenador do Núcleo de estudos de Violência e Cidadania da Universidade Federal de Mato Grosso, os jovens são mais vulneráveis a violência do que as outras classes. “Do ponto de vista social os que sofrem violência estão em situação de vulnerabilidade. Do ponto de vista psicológico, a formação da personalidade faz com que optem sempre pelos ideais do grupo, no caso, outros jovens, e isto os leva a desafiar e experimentar mais. Do ponto de vista jurídico, eles não tem os mesmos temores da lei do que as outras populações e por isso desafiam tanto as normas e por isso ficam mais vulneráveis.”

Fonte: www.olhardireto.com.br

19/07/2013 - 08:15

Portaria do Ministério da Saúde acrescenta novas regras ao Provac

G1

O governo publicou hoje, no Diário Oficial da União, portaria que estabelece novas regras a respeito do Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica (Provac). O programa tem o objetivo de atrair médicos recém-formados a regiões carentes do país, com o oferecimento de uma bolsa mensal e bônus de 10% nas provas de residência.

Na semana passada, o Ministério da Saúde divulgou que a bolsa do Provac, até então de R\$8 mil, teria seu valor equiparado à bolsa do programa Mais Médicos, de R\$10 mil.

A portaria divulgada hoje estabelece as regras pelas quais o bolsista ou o município podem solicitar o remanejamento do participante para outra unidade de saúde. O texto da portaria justifica as regras pela “necessidade de normatização sobre o recebimento e averiguação de denúncias no âmbito do Provac”.

Segundo as normas, o bolsista pode pedir para ser remanejado caso o município deixe de cumprir as diretrizes do programa, ao desrespeitar o horário de trabalho definido (de 32 horas de prática na Unidade Básica de Saúde e 8 horas de curso de especialização), não oferecer moradia ou transporte adequados, não oferecer acesso à internet, entre outros pontos.

Já o município também terá o direito de pedir o remanejamento do bolsista caso ele descumpra

obrigações como não se submeter à avaliação mensal, não cumprir a carga horária de trabalho designada ou não ter algum desvio de conduta.

Fonte: www.olhardireto.com.br **Notícias / Cidades**

19/07/2013 - 10:01

Secretária conquista quase R\$ 4 milhões para investimento na saúde em Rondonópolis

Da Assessoria/PRefeitura de Rondonópolis

A secretária de Saúde de Rondonópolis, Marildes Ferreira, concede entrevista coletiva à imprensa local, na manhã desta sexta-feira (19), para anunciar a conquista de quase R\$ 4 milhões em recursos federais, para investimento em construção e reforma das unidades do Programa de Saúde da Família – PSFs. Oito PSFs vão ser construídos e quatro outras unidades reformadas. A primeira parcela da verba do Programa Requalifica SUS deve ser liberada no mês de agosto.

FONTE: WWW.MIDIANEWS.COM.BR

COTIDIANO / SUSPEITA DE SABOTAGEM

19.07.2013 | 08h42 - Atualizado em 19.07.2013 | 08h51

Tamanho do texto A- A+

Ministério da Saúde muda regras do "Mais Médicos"

Grupos estariam se inscrevendo para desistir do programa e atrasar cronograma

Imagem Ilustrativa

Médicos deverão apresentar declaração de que irão assumir vaga no programa

DA AGÊNCIA BRASIL

Depois de receber denúncias de sabotagem ao Mais Médicos, o Ministério da Saúde passará a exigir que os candidatos apresentem documento em que declarem que vão deixar vaga de residência médica ou do Programa de Valorização da Atenção Básica (Provab) para atuar no novo programa. A declaração deve ser apresentada no ato da inscrição.

Ao homologar a participação no Mais Médicos, o profissional terá de entregar declaração impressa confirmando o desligamento da residência médica ou do Provab, emitida pela universidade, hospital ou entidade responsável.

“Estamos estimulando os médicos brasileiros a participar do programa, mas não queremos ninguém que esteja fazendo qualquer tipo de sabotagem para atrasar um programa que visa oferecer médicos para a população”, diz o ministro Alexandre Padilha, em nota divulgada pelo ministério.

Os médicos que homologarem a participação e não comparecerem no início das atividades ou desistirem nos primeiros seis meses serão excluídos do programa e só poderão se inscrever novamente após seis meses. Os reincidentes serão impedidos de voltar ao programa.

As novas regras vão ser publicadas no Diário Oficial da União de amanhã (19). As novas medidas serão comunicadas aos médicos já inscritos pela Ouvidoria do Ministério da Saúde, por e-mail ou telefone. As inscrições seguem abertas até 25 de julho e podem ser feitas pelo site do Ministério da Saúde. Na primeira semana, foram registradas 11.701 inscrições de profissionais e 753 de municípios.

O ministério recebeu denúncias de que grupos estão se mobilizando por meio das redes sociais para incentivar a inscrição de profissionais no programa para, depois, desistirem da vaga, com a intenção de atrasar o cronograma do Programa Mais Médicos. Entidades médicas disseram desconhecer a movimentação.

Lançado na semana passada, o programa visa a levar profissionais para atuar

por três anos na periferia das grandes cidades e nos municípios do interior. A bolsa chegará a R\$ 10 mil. Entidades médicas têm criticado o programa do governo federal, principalmente porque prevê a vinda de médicos estrangeiros sem a revalidação do diploma para ocupar as vagas que não foram preenchidas pelos brasileiros.

O Provac também é destinado para a atuação de médicos em regiões pobres do país. O contrato é por um ano. A bolsa é R\$ 8 mil, mas passará para R\$ 10 mil, a partir de setembro. O reajuste foi anunciado pelo ministério após o lançamento do Mais Médicos. No Provac, o médico pode escolher a cidade em que quer trabalhar, entre as inscritas no programa. No Mais Médicos, os candidatos serão designados para qualquer cidade inscrita. Em ambos os programas, a carga chega a 40 horas semanais. Em todo o país, há 3.568 médicos atuando pelo Provac em 1.260 municípios.

A residência médica é o período em que o médico escolhe a área na qual pretende se especializar, como ginecologia, pediatria, oncologia e cardiologia. A bolsa chega a R\$ 2.976,26 por mês e o tempo de duração depende da especialidade.

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / POLÊMICA NA SAÚDE

18.07.2013 | 07h40 - Atualizado em 18.07.2013 | 17h50

Tamanho do texto A- A+

Mauri minimiza ataques do PP e diz que foco é na gestão

Partido quer expulsão do titular, que, por sua vez, alega ser filiado a sigla em Sinop

Mary Juruna/MidiaNews

Secretário de Saúde, Mauri Rodrigues garante que está tranquilo quanto à possibilidade de expulsão do PP

**ISA SOUSA
DA REDAÇÃO**

O secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima (PP), minimizou os ataques que vem sofrendo por seu partido e garantiu que está “tranquilo” quanto à possibilidade de expulsão, apresentada, na semana passada, pelo secretário-geral da sigla, deputado estadual Ezequiel Fonseca.

“Estou aguardando e vou falar oportunamente sobre o assunto. De qualquer forma, não sou filiado ao partido aqui em Cuiabá, sou filiado ao PP de Sinop”, justificou.

Mauri também avaliou que, enquanto seus correligionários na Capital tentam polemizar a vaga de secretário na pasta e transformá-la em uma disputa unicamente política, sua visão é técnica.

“Eu tenho que tocar a pasta, ter força, me concentrar tecnicamente. Sei que sou indicação partidária, mas tenho perfil mais técnico. As discussões políticas existem, mas a secretaria tem que ser tocada.”, avaliou.

“É o cargo mais polêmico, mais visado, mais complicado e mais difícil. Essas cobranças do Poder Legislativo existem aqui, no Paraná, em Santa Catarina, em outros estados... É assim e temos que conviver com isso”

“Se você não tiver paz para gerir a Saúde, a população é quem padece. Eu não tenho tempo para ficar discutindo isso. Meu desejo agora é tocar a secretaria até quando puder, dentro do que ela precisa e exige”, completou.

Ainda segundo Mauri, é natural que haja cobranças partindo da Assembleia

Legislativa, já que o cargo é um dos mais visados pelos grupos políticos.

“É o cargo mais polêmico, mais visado, mais complicado e mais difícil. Essas cobranças do Poder Legislativo existem aqui, no Paraná, em Santa Catarina, em outros estados, é assim e temos que conviver com isso. Agora, a secretaria não pode parar por conta disso”.

“A pasta não é fácil de ser administrada, por isso existem as manifestações. Faltam recursos, tem problema de gestão, mas não é situação localizada somente aqui. Nossa vida é 24 horas em cima da pasta e nós estamos tentando resolver”, disse.

Cargo polêmico

A incompatibilidade entre o secretário de Saúde Mauri Rodrigues Lima e o PP, partido que o indicou ao cargo e do qual é filiado, começou há pelo menos dois meses.

No início de maio, o deputado estadual Antônio Azambuja (PP) afirmou que o partido entregou ao governador Silval Barbosa (PMDB) um documento oficial no qual solicitava a saída de Mauri.

Em resposta, Silval chegou a afirmar que avaliaria, mas, por fim, decidiu manter Mauri no cargo.

Insatisfeitos, os progressistas informaram desligamento da sigla com a pasta no início deste mês. Desde então, o governador vem afirmando que buscará diálogo, o que na prática não ocorreu até o momento.

A última saída apresentada pela sigla, por meio do deputado Ezequiel Fonseca, foi o anúncio de que pediria a expulsão de Mauri da legenda

Até o momento, entretanto, não houve formalização da saída do secretário.

Fonte: www.midianews.com.br

EQUILÍBRIO / CIÊNCIA & SAÚDE

18.07.2013 | 02h30 - Atualizado em 17.07.2013 | 18h06

Tamanho do texto A- A+

Cientista consegue silenciar cromossomo causador da Síndrome de Down

Estudo inédito pode, a longo prazo, ser chave para a cura da condição, causada pelo terceiro cromossomo 21

Getty Images

Bebê com síndrome de Down:

DO IG SAÚDE

Uma pesquisa inédita feita na Universidade de Massachussets, nos Estados Unidos, conseguiu inativar o cromossomo causador da Síndrome de Down, em um trabalho feito com células-tronco retiradas da pele de uma garota portadora da síndrome.

No Brasil, a cada 800 nascimentos, uma criança tem Down, síndrome que é causada por uma cópia a mais do cromossomo 21. Na pesquisa liderada por Jeanne Lawrence, esse cromossomo foi isolado e inativado, representando um grande avanço para o desenvolvimento de técnicas de erradicação da síndrome, ainda que a longo prazo. O estudo foi publicado na edição desta semana do periódico científico Nature .

“A pesquisa ainda está em células-tronco. Ainda vai levar no mínimo 10 anos para começarmos a tentar aplicar a técnica em humanos, embora esse prazo seja uma mera suposição. Não é bom criar expectativas que a cura virá em breve, porque não é assim. Requer ainda muita pesquisa”, explica o geneticista

brasileiro Salmo Raskin, presidente da Sociedade Brasileira de Genética Médica, que elogiou a metodologia usada.

Cariótipo de uma paciente com síndrome de Down, que mostra os três cromossomos 21

“Trabalho há 23 anos com genética médica, e eu não vi, em nenhum momento, algo do gênero. Desde 1959, quando foi descoberto que o Down era causado pelo terceiro cromossomo 21, nunca tinha visto um avanço substancial no tratamento”, conta.

Leia também: exames de DNA podem identificar milhares de doenças

Entenda o que foi feito

As mulheres têm dois cromossomos X, porém um deles é inativado durante o período embrionário. Quem inativa o cromossomo é o chamado gene Xist, que está presente naturalmente dentro do X. E foi esse gene, já conhecido por ser o silenciador do cromossomo X, que foi usado pelos pesquisadores na inativação do terceiro cromossomo 21, causador da síndrome de Down.

“Eles pegaram o Xist e colocaram dentro do cromossomo 21, em uma célula que tinha 3 cromossomos. O Xist inativou o terceiro cromossomo, fazendo que só dois permanecessem funcionando. O Xist fez o mesmo papel que faz com o X na fase embrionária da mulher, só que no cromossomo 21 - e em células-tronco”, explica o geneticista.

Ele explica também que o gene Xist é introduzido na célula trissômica (célula com 3 cromossomos 21) por meio de uma enzima.

“Essa enzima quebra um pedaço do cromossomo e permite que possamos inserir um pedaço de outro gene ou cromossomo ali dentro. Antes que a natureza faça um reparo, uma cicatriz, o gene Xist é introduzido”, detalha Raskin.

Uma informação importante, porém, é que a inativação foi feita permanentemente – o estudo provou, por meio de diferentes métodos, que o gene não voltou a ser ativado naturalmente.

“O cromossomo 21 tem cerca de 250 genes. Cada gene produz uma ou mais proteínas. Nas células que têm três cromossomos 21, existe uma dose tripla dessas proteínas. O artigo provou que, depois que o terceiro cromossomo 21 foi inativado, a produção de proteínas não foi mais tripla, e sim dupla. Ele praticamente curou o problema da Síndrome de Down na célula”, explica o geneticista.

Aplicações futuras

Existe uma boa chance que, a longo prazo, a técnica possa ser usada em embriões.

“Tomando as limitações, porque uma pesquisa demora bastante para ser prática, o trabalho é fenomenal”, diz o Raskin. “O estudo ainda requer muita pesquisa, como descobrir se a inserção de material genético nas células humanas não vá causar algum outro problema”.

Ele prevê que, a longo prazo, quando a pesquisa for aplicada em humanos, ela será feita em embriões.

“Depois que o bebê nasceu, será difícil aplicar a técnica em bilhões de células”, explica, dizendo que, quando a técnica for desenvolvida, ela será útil para outras síndromes trissômicas, em que há a triplicidade de outros cromossomos, já que a pesquisa mostrou que o Xist pode desativar qualquer um deles. As síndromes trissômicas mais conhecidas além da de Down são a de Edward, Patau e Warkany.

Outro avanço citado por Raskin foi a possibilidade de entender melhor por que acontece a Síndrome de Down.

“Sabemos que são porque pessoas têm três cromossomos 21. Mas e então, por que ter uma dose tripla do 21 leva a esses conjuntos de sinais? Isso é algo difícil de dizer ainda, e agora podemos fazer milhares de experimentos nas células”, explica o especialista.

Diagnóstico da Síndrome de Down

Existe um procedimento chamado Diagnóstico Genético Pré-implantação (PGD). Ele é feito para casais em que a mãe estão acima de 40 anos de idade, por exemplo.

“A partir desta idade há um risco um pouco mais alto de ter um filho com Síndrome de Down”, explica Raskin.

O procedimento consiste em uma fertilização in vitro , produzindo vários embriões.

“Faz-se um teste genético em cada embrião, para ver se cada embrião tem dois ou três cromossomos 21. No caso, obviamente, escolhe-se e implanta-se aquele (ou aqueles) que tiverem dois cromossomos 21”, explica o geneticista.

“Às vezes, porém, os poucos embriões que são fecundados têm três cromossomos 21. Seria então, em tese, uma oportunidade para silenciar o terceiro cromossomo 21 do embrião”, complementa Raskin.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

19 de Julho de 2013 - 09:32

Governo apura suposto prejuízo de R\$ 100 mil na saúde

Fonte: Só Notícias/Weverton Correa

O secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, e o auditor-geral do Estado, José Filho, determinaram a abertura de processo administrativo para apurar supostas irregularidades na aquisição de kits reagentes para o Setor de Hormônios para o Laboratório Central de Saúde Pública, ligado à pasta da saúde, no valor de R\$ 106 mil. É apurado se quatro servidores, em tese, teriam feito acordo com a empresa responsável para o atesto de notas sem a entrega dos produtos, gerando prejuízo ao erário.

Na determinação, Mauri e José definiram a composição da comissão que investiga os servidores, formada por três pessoas. Eles devem começar os trabalhos em até dez dias, a partir de hoje, tendo 60 dias concluí-los.

Este prazo pode ser prorrogado pelo mesmo período, com as apresentações das devidas justificativas.

Fonte: www.odocumento.com.br **Cidades**

Justiça obriga divulgação de medicamentos de alto custo disponíveis em MT

19/07/2013 - 15h59

Da Redação

O município de Cuiabá e o Estado de Mato Grosso devem disponibilizar semanalmente a lista com o nome dos medicamentos de alto custo e os que constam na Relação Nacional de Medicamentos (Rename), disponíveis no estoque, a todos os médicos e agentes de saúde que atendem os pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

A decisão é do juiz Alex Nunes de Figueiredo, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá, que acatou pedido de liminar em ação ajuizada pelo Ministério Público do Estado. Os réus têm o prazo máximo de 60 dias para atender a determinação da Justiça, sob pena de multa diária no valor de R\$ 300 mil.

O juiz determinou ainda que a lista dos medicamentos que estão estocados deve ser atualizada semanalmente tanto no site da saúde do município, quando do Estado. Além disso, essa mesma lista deve ser fixada nas unidades de saúde, “para conhecimento pleno da população”.

O Estado e o município deverão expedir normas administrativas que estabeleçam o contato direto entre o médico que prescreveu o remédio não coberto pelo SUS e o médico que analisará o pedido de “concessão deste, propiciando, assim, discussão acerca da conveniência da substituição do medicamento por outro eventualmente constante nos protocolos administrativos de dispensação excepcional”, destaca o juiz em seu despacho.

Os réus devem ainda expedir uma norma administrativa criando o dever dos médicos justificarem a decisão de prescrever um remédio que não está contido nas listas do Rename e dos medicamentos de alto custo.